

Uma viagem às histórias do cotidiano das mulheres da floresta

Mulheres da floresta, uma história:
Alto Juruá, Acre (1890-1945)

WOLFF, Cristina Scheibe

São Paulo: Hucitec, 1999

As mulheres, quase sempre, foram relegadas pela historiografia brasileira, porém não apenas a brasileira, como personagens sem conotação numa escala de valores masculinos ou masculinizados. No presente, vemos historiadoras e historiadores compenetrados na intenção de valorização da experiência social feminina, reapresentando imagens e textos usados e estereotipados pela historiografia *tradicional*, reinterpretando-os e conferindo-lhes um outro sentido, procurando afastar-se das tendências vitimizadoras que salientavam as características femininas e/ou masculinas em detrimento umas das outras, o que acabava aumentando ou acentuando as tão famigeradas diferenças, criando uma verdadeira e interminável 'guerra dos sexos', gerando abismais dificuldades para quem se aventurasse a pesquisar nesse campo, fazendo com que o pesquisador tivesse que legitimar seu trabalho em páginas e mais páginas afim de afastar supostas idéias maniqueístas. Assim, o olhar atual dos historiadores parece observar as mulheres nas várias situações em que estão em colaboração e até mesmo cumplicidade com os homens, procurando encontrar nelas, sujeitos da história.

Nesse intento vemos obras como a da professora e pesquisadora Cristina Scheibe Wolff, que se propõe a dar visibilidade às mulheres no processo de extração da borracha nos seringais do Alto Juruá — região no extremo-oeste do Brasil, no Acre, porém muito próxima da Amazônia, como fica claro mediante a visualização dos mapas que,

meticulosamente, a autora teve o cuidado de reproduzir para aplacar nosso quase total desconhecimento acerca da região.

Bem localizados geograficamente e cientes do périplo que constituiu-se a procura das mulheres 'ausentadas' e insistentemente 'invisibilizadas' pela bibliografia sobre a região, em que a autora afirma serem recorrentes as afirmações notoriamente absolutizadas de que nos seringais do Acre não havia mulheres ou que, quando havia, constituíam um encargo a mais para os seringueiros nas agruras do seu cotidiano, quase um empecilho. Nossa curiosidade aumenta na medida em que folheamos as páginas do livro e encontramos a abordagem de aspectos da história social daquelas mulheres. Afinal existiram mulheres nos seringais, mas para encontrá-las foram necessárias pesquisas exaustivas nas entrelinhas e nos pormenores dos discursos formais de jornais e revistas, nos processos criminais que envolveram mulheres entre 1904 e 1945, nos processos civis e nas entrevistas atuais. Uma busca difícil, mas possível para, enfim, trazer aquelas mulheres à História e esclarecer que constituíram muito mais um alento e braço de ajuda nas árduas tarefas cotidianas do que um 'encargo'.

Cristina embarcou numa viagem, e que viagem! Não um mero deslocamento a um lugar, uma viagem a um espaço e a um tempo que nos é diferente e nos causa estranhamentos. Uma aventura na floresta em busca de depoimentos, um reconhecimento de campo, que nesse caso foi muito mais um conhecimento de campo. Basta fazermos um rápido exercício sobre o que nos vem à mente quando se fala no Acre, na Amazônia, nos seringueiros, nos seringais!

Interessante observar a preocupação da autora em elucidar que a interpretação dos documentos históricos e do próprio passado é feita sob o amparo do presente e dentro das concepções de quem o questiona, e quem o questiona, geralmente, não o faz desprovido de intenções na resposta, assim, suas intenções ficam

explícitas como historiadora engajada, recebendo da atualidade os meios para a execução desse trabalho e a determinação de seu interesse.

Nessa 'viagem' acabamos também nós, leitores, embarcando, ainda que na cômoda posição de 'caronas' e não sofrendo das mesmas atribulações: mosquitos, fome, roupas constantemente molhadas por chuvaradas repentinas ou por tombos, 'pontes' feitas com troncos roliços, 'mucuius' (pequenos carrapatos que alojam-se, preferencialmente, nas costas), olhares desconfiados por certo, estranhando-se mutuamente... duas horas a menos em relação ao horário de Brasília, cansaço, medo, indefinição.

Para 'contar' a trama do cotidiano das 'mulheres da floresta', a autora teve que montar o cenário onde a história desenrolou-se e narra-nos que até 1903 o Acre era território boliviano, sendo também reivindicado pelo Peru; era uma região, até então, de fronteiras não demarcadas. Sua história muda quando o preço da borracha começa a subir no mercado externo. A custo de dois milhões de libras esterlinas, pagos à Bolívia, o Brasil anexou-o ao nosso território, porém, não assim tão pacificamente. Muitos confrontos ocorreram entre seringueiros brasileiros, bolivianos e até mesmo peruanos, o sangue não se negou em escrever mais essa página de nossa história. Por aparentar ser 'terra de ninguém', os seringueiros iam entrando, abrindo seringais, estabelecendo-se sem perguntar de quem era aquela terra, gerando e envolvendo-se em muitos confrontos.

Em 1889, o Acre produzia sessenta por cento da borracha amazônica, uma riqueza imensurável num momento em que a produção industrial nos países europeus estava no seu auge e propiciava o uso da borracha como matéria-prima essencial para o mercado dos pneumáticos, bem como o uso em tantos outros artifícios. A borracha extraída daquela região viveu seu esplendor de 1870 à 1912.

Não tardou para que a Inglaterra atentasse para o fenômeno e nos desbancasse, procurando cultivar a *Hevea brasiliensis* (seringueira) em suas colônias do Oriente de forma mais sistemática e organizada, mesmo assim, até aproximadamente 1912, viveram os seringueiros e seringalistas a glória da borracha, também chamada a época do 'ouro negro'.

A possibilidade de fazer fortuna e fugir ao mesmo tempo das agruras da seca atraiu um grande contingente de pessoas advindas, sobretudo, da região Nordeste, especialmente do Ceará, 'cujas figuras humanas fizeram as feições dos seringais'. Deixando os sertões secos rumo à

mata úmida, essas pessoas tinham sobre a região uma expectativa de vida melhor da que levavam nos sertões, mas a realidade parecia ter pressa em distanciá-los do sonho. E a vida nos seringais foi marcada por sofrimentos e adaptações nem sempre viáveis.

Grande número daqueles nordestinos aventuraram-se sozinhos, sem suas mulheres e família. Iam em busca do sonho de fortuna que acreditavam lhes permitiria voltar à terra natal em situação privilegiada. Como em seus sonhos possivelmente não aparecessem os seringalistas, 'donos' dos seringais, bem como as pestes e epidemias, o retorno à terra natal, na maioria dos casos, não conseguiu ultrapassar o campo do desejo.

Num primeiro olhar, as dificuldades extremadas naquela região, poderiam sugerir não haver lugar para as mulheres no empreendimento de alto risco que era a 'conquista da selva', como na fala da autora "se lermos os trabalhos e relatos escritos, se ouvimos as histórias contadas pela população que hoje vive na região do Alto Juruá, parece mesmo que elas não participaram desse empreendimento, mas os números de recenseamentos e os nomes envolvidos em processos civis ou criminais, trazem luz à questão". (p. 90)

No primeiro relatório semestral, realizado em 1904 por ordem do Prefeito do Departamento do Alto Juruá, em cento e doze seringais, dos quais talvez os mais distantes da sede do município, de acordo com a autora, não tivessem sido pesquisados, constatou-se um total de 6.974 pessoas, sendo que dessas, 5.087 eram homens e 1.887, mulheres. Por este relatório, 27% da população era feminina — uma percentagem interessante para confrontar com a bibliografia que tende a ressaltar a inexistência de mulheres na região dos seringais.

No período estudado pela autora, a diferença entre a população feminina e masculina é mesmo muito significativa e, na sua opinião, em alguns seringais talvez não houvesse de fato nenhuma mulher, mas essa não era uma regra geral e o 'esquecimento' feminino nas bibliografias parece ter sido mais um problema de cunho ideológico do que de ausência comprovada pelos documentos. É realmente difícil enxergar aquilo que não se quer ver.

Assim, tem-se que a mulher não só esteve presente nos seringais como neles trabalhou (e ainda hoje trabalha), sendo que o seu trabalho nos seringais "era invisível, em primeiro lugar pela própria invisibilidade das mulheres no período (...)

mas também porque a esse trabalho vem sendo negado o estatuto de *importante, necessário, produtivo* há longo tempo em nossa sociedade” (p.80-81).

O fato das mulheres trabalharem parece estar associado a uma diminuição da condição masculina. A idéia era a de que, por serem homens, deveriam ser responsáveis pelo sustento de suas mulheres. Ser homem, na análise da autora, naquela sociedade era ser seringueiro, produzir muita borracha, nisto estaria a sua força. Logo, se não conseguisse o suficiente para si e a mulher, perderia sua virilidade. Ser mulher, regra geral, era pertencer a um homem, pai, marido ou companheiro e ter nele a garantia do seu sustento. Evidentemente houve muitas exceções e resistências à esta regra e durante a leitura temos vários exemplos de mulheres que preferiram, mesmo diante dos preconceitos e estereótipos, garantir e gerir, através do trabalho pessoal, seus destinos. Numa sociedade que seguia as tendências elitistas normatizadoras dos papéis tradicionais criados para as mulheres, pode-se imaginar o quanto foram alvo de discriminações, e a autora nos traz alguns depoimentos que exemplificam com muita propriedade nossas suspeitas.

A vida nos seringais era implacável e não parecia fazer distinção entre homens e mulheres, de toda sorte o sofrimento feminino nas camadas menos privilegiadas insistia em se fazer presente. Elas eram, dentro daquele processo, normalmente ‘traficadas, encomendadas, dadas ou vendidas, compradas, pegadas na mata, amansadas, roubadas’. Uma violência que choca-nos durante a leitura, chega a ser revoltante, mas que parecia comum à época. Como o caso, por exemplo, contado num depoimento à autora por D. Mariana, filha de uma índia pega nas ‘correrias’ que eram feitas mata adentro. As ‘correrias’ eram espécies de expedições com o fim de matança e apresamento de índios. O relato dessas expedições encontra-se ricamente reproduzido nas páginas do livro, tendo sido buscado tanto nos documentos oficiais quanto nos depoimentos orais de antigos moradores do Alto Juruá. Assim, tem-se que o apresamento maior era das mulheres indígenas, motivado pela escassez de brancas na região.

De acordo com o depoimento muito comovente e contundente de D. Mariana, sua mãe fora pega numa ‘correria’, porém, era ainda muito novinha para viver com um homem, sendo que fora entregue para o patrão do seringueiro que a aprisionou para que esse a cuidasse até o devido tempo em que poderia viver com o seu

captor. Devolvida ao seu ‘dono’ quando começou a ‘nascer peitinho’, viveu com ele por dois anos e teve um menino que morreu. Ao engravidar pela segunda vez, o ‘marido’ morreu, deixando-a só. “Que não tinha sorte a minha mãe (...) aí ajuntou-se com um cearense, aí ele era muito malvado pra ela, judiava muito, ela deixou”(p.166). Depois disso, conta-nos, foi viver com um compadre bem mais velho que ela; por fim, juntou-se com um rapaz pernambucano que ‘engraçou-se’ por ela, viveram um ano juntos, mas ele foi morto em uma emboscada. Sua mãe exerceu na região a função de curandeira por tratar dos doentes com ervas que aprendera a manusear na mata; também era parteira, tendo alcançado certo prestígio social.

O interessante nesse relato é a perspectiva com que a autora o vislumbra. Ao contrário de promover uma vitimização da mulher indígena ou pensar naquelas mulheres pelas suas ‘derrotas’, ‘subjugação’ ou ‘esquecimento’, prefere vê-las como sujeitos interagindo com outros, não apenas como um objeto de captura, “mas também alguém que sofre, que deixa um homem, que se junta com outro, que tem filhos, que aprende e exerce um ofício (...) se perdermos essa perspectiva (...) fazemos com elas mais uma violência” (p.167).

Nos processos criminais sobre incesto, estupro e defloramento pesquisados até a exaustão pela autora, por constituírem grande volume, é possível entendermos melhor as sociedades dos seringais, a violência de sua estrutura e (in)justiças, ao mesmo tempo que também podemos observar a resistência feminina quanto aos ‘destinos’ pensados para elas. Como na maioria dos casos estudados, não apenas pela autora, mas também por vários outros pesquisadores das mais diversas áreas de estudo, as mulheres naqueles processos, não raro, eram vítimas dos mais diferentes casos de agressão e, como vítimas, ainda tinham que provar não terem incitado seu agressor ao crime. A maioria dos processos analisados acabaram julgando, não o acusado, mas a própria vítima, algo revoltante que parece estar padronizado em sociedades machistas como a nossa, por exemplo. Atentas ao fato, as mulheres parecem começar a ter êxito na revogação desta máxima.

Em relação a isto é possível, na leitura, vislumbrarmos mulheres cujo domínio masculino parece ter ficado no plano da intenção. Cristina Scheibe encontra nos processos judiciais brigas de casais onde a mulher extrapola o físico e fere o homem, freqüentemente, causando grandes estragos sendo que, às vezes, os dois saem bastante machucados. Relatos dessa natureza comprovam que a tão proclamada ‘fragilidade’ feminina é

apenas uma questão do ponto de vista de seu interlocutor. Claro que houve e há violências contra as mulheres, mas vitimizá-las como se não houvesse resistências e lutas no processo de violência é, de fato, como assinala a autora, não contribuir para mudanças em nossa história.

Durante muito tempo as 'mulheres da floresta' estiveram 'invisíveis' na nossa história, agora podemos apreciá-las no enredo do cotidiano no

ciclo da borracha e sugiro que não nos esqueçamos de mostrar essas e outras peculiaridades quando se fizer a oportunidade de estarmos, quem sabe, em sala de aula ou em conversas informais, pois que apenas para ficarem na estante de nossa memória de nada servem ou só individualmente nos servem obras desse cunho.

KARLA LEONORA DAHSE NUNES ■

Menopausa: uma nova fase para mais conquistas

Da Contracultura à Menopausa. Vivências e mitos da passagem

CIORNAI, Selma

São Paulo: Oficina de Textos, 1999

O livro de Selma Ciornai aparece num momento propício, não sendo apenas mais uma pesquisa sobre a sintomatologia do climatério, pesquisas essas que, como bem lembrou, passaram a aparecer com mais frequência na década de 90, pois até então "pouco ou nada era dito ou escrito em relação a esta fase tão importante da vida de uma mulher" (p. 30).

A autora, que fez parte da geração de mulheres que utilizou pela primeira vez a pílula anticoncepcional, chega à meia-idade imbuída do mesmo espírito contestador e comprometido. Embora não seja seu objetivo explícito, ela debate questões extremamente importantes que vão ao encontro da luta das mulheres, desde a discussão em torno da representação do corpo feminino, ainda ligada à capacidade procriativa, até a ampliação do conceito de saúde que englobe tanto a adolescente como a mulher de meia-idade. A questão de gênero percorre todo o texto: trabalhar com a menopausa¹ significa discutir o envelhecer na sociedade contemporânea, o lugar social das mulheres de mais idade e pensar que, além de estarem vivendo mais, querem viver melhor.

É possível dividir as pesquisas direcionadas especificamente à menopausa, que apareceram nesta última década, em três grupos distintos. Um primeiro, escrito² por médicos especialistas, ginecologistas ou endocrinologistas que descrevem os sintomas da menopausa e que, na maioria dos casos, acabam por prescrever a Terapia de Reposição Hormonal — TRH como a única saída, considerando a hormonoterapia enquanto a maior conquista na área da saúde da mulher. O segundo grupo, que chamo de auto-ajuda, defende terapias alternativas e considera a menopausa como uma fase de transição. Em vista disso, o período deve ser encarado como uma busca de equilíbrio. Já um terceiro grupo de trabalhos foi desenvolvido por mulheres que estão vivenciando ou vivenciaram a menopausa. Ao sentirem-se confusas e carentes de informação, resolvem tomar partido das mulheres de meia-idade. O livro *Passagem silenciosa: menopausa*³ da jornalista americana Gail Sheehy, encabeça esta lista.

Selma seguiu nesta direção, inovando ao direcionar suas entrevistas às mulheres que fizeram parte dos movimentos de contracultura dos anos 60 e 70 e que atualmente estão vivenciando a menopausa. Seu principal objetivo é investigar se estas mulheres apresentam formas de continuidade ou ruptura no que se refere ao modo pelo qual a sociedade percebe a mulher mais velha, a menopausa e o envelhecer. O instrumento teórico básico da autora é a Psicologia da Gestalt, desenvolvida na Arte Terapia Gestáltica que relaciona as experiências internas e a expressão plástica.

Publicado em 1999, o livro é resultado da tese de doutorado em Psicologia defendida em

1997 no Saybrook Institute. Selma construiu um texto cuja metodologia de pesquisa levou em consideração a sua prática gestalista com grupos ao organizar e analisar os *workshops* e as entrevistas realizadas no decorrer do trabalho. Já nas primeiras páginas, ao tratar da forma que a sociedade ocidental associa o climatério e a menopausa à velhice, mostrando como uma fase importante da vida das mulheres é ignorada pela mídia e por profissionais das áreas sociais e da saúde, a autora coloca-se na primeira pessoa, compartilhando com as entrevistadas um sentimento de desinformação, aliado a sentimentos de vergonha, solidão e inadequação a um período tão desprezado: "Pessoalmente, ao chegar aos meus 44, 45 anos, sentia-me afundando nestes sentimentos" (p. 20). O comentário da autora remete-nos a seu objetivo primeiro, ao entrevistar trinta mulheres entre os 43 e 57 anos, todas brasileiras, de nível universitário, de classe média e classe média alta. A autora também faz parte desse grupo, e como ressalta o título *Da contracultura à menopausa*, Selma procurou perceber a forma como esse segmento social de mulheres que, de alguma forma, participou dos movimentos alternativos e contestatórios dos anos 60 e 70, vivenciam hoje a menopausa.

Na primeira parte do texto, a partir da "Introdução", a autora direciona a problemática da pesquisa evidenciando a necessidade e a busca de uma nova mitologia da menopausa ou da criação desta. Segue num segundo momento fazendo uma "Revisão da literatura sobre o tema" — atendo-se aos sintomas, terapias alternativas e aos mais variados aspectos que estão relacionados à vida da mulher que atravessa o climatério e a menopausa. Por mais que o climatério seja indicado por uma série de mudanças típicas deste período, é importante observar a particularidade de cada mulher ao vivenciar esta fase. As tensões físicas e psicológicas são agravadas pela falta de informação e o descaso no que tange à saúde da mulher de mais idade. Em relação à TRH, tratamento à base de estrógeno, iniciado em 1966, e comumente prescrito às mulheres que chegam ao climatério, Selma destaca que a medicação ainda está envolta nas discussões entre os prós e os contras. Assim, a autora chama a atenção para a importância das mulheres estarem esclarecidas para que possam tomar decisões adequadas ou pelo menos conscientes em relação às questões que envolvem sua saúde numa etapa ainda tão pouco compreendida.

É preciso assinalar que a TRH, prescrita pela maioria dos médicos às mulheres que entram no

climatério, é um dos grandes pilões da indústria farmacêutica neste final de século XX, da mesma forma que foram os antibióticos no final da década de 40, os tranqüilizantes na década de 50 e a pílula anticoncepcional nos anos 60.

Selma destaca a preocupação de autoras feministas e do Movimento de Organização Nacional da Saúde da Mulher dos Estados Unidos, que criticam a noção de doença imputada ao climatério. A medicina tradicional no Ocidente define a menopausa como uma "deficiência hormonal". Logo, a TRH é indicada como a melhor, senão a única saída de tratamento. O que está em questão é a forma como vivências especificamente femininas são tradicionalmente classificadas pela medicina e como "os mitos sobre menstruação e menopausa são uma forma de controle social, através do qual o sistema de assistência à saúde legitima o sexismo e o preconceito contra o idoso sob a máscara da ciência" (p. 55).

É nesta parte do texto que a autora ressalta a experiência única do climatério e da menopausa, evidenciando a amplitude de uma experiência feminina tão pouco compreendida, que vai além da esfera da ciência "pois é uma experiência onde a mitologia coletiva e o imaginário social misturam-se tanto às experiências como às mitologias pessoais de cada pessoa" (p. 65).

O terceiro capítulo é marcado pelos depoimentos sobre os movimentos de contracultura das décadas de 60 e 70. Através dos relatos foi possível constatar que a experiência nesses movimentos destacou participações diferenciadas, mas todas as entrevistadas, de alguma forma revelaram-se "contra" a cultura vigente, seja na militância política, no movimento estudantil, no movimento feminista. Selma, para evitar a fragmentação, reuniu os trechos que pareceram mais representativos da época, revelando as angústias, embates e a força de uma geração que contestou a ordem institucionalizada: "A gente queria um mundo melhor, queria mudá-lo com nossas mãos! Era um sonho. Com todas as desgraças que aconteceram, tinha muita solidariedade, cooperação e cumplicidade entre a gente" (Nira) (p. 73). Além do relato de uma época marcada pela contestação por um mundo mais justo, as entrevistas evidenciam a especificidade de um Brasil afligido pelas mazelas da ditadura.

É na década de 60 que a pílula anticoncepcional é introduzida no mercado brasileiro e seu uso está intimamente ligado à luta pela liberação sexual, do sexo por prazer. As falas

revelam dilemas enfrentados por essa geração de mulheres: de casar virgem, de usar a pílula, de transar, de engravidar ou resolver fazer o aborto.

Selma afirma que a razão dos movimentos de contestação, em especial o feminista, não haverem discutido a questão da mulher de meia-idade foi o fato de que as feministas eram jovens e que suas motivações seriam outras. Todavia, são várias as passagens em que as entrevistadas recorrem às experiências vivenciadas por suas mães, no papel de testemunhas: "não sinto aquelas aflições, aquele desespero que acompanhei em minhas irmãs e cunhadas, e até mesmo na minha mãe" (Elisa) (p. 87). Selma reservou uma parte de seu texto a esta temática específica: "Memórias da menopausa materna".

Acredito que a menopausa não foi motivo de discussão em momentos anteriores porque os tabus e os preconceitos eram ainda mais densos e o silêncio ainda mais surdo. Trinta anos depois dos movimentos de contracultura, quando a população feminina com mais de 50 anos representa 50% da população mundial, quando estamos vivendo bem mais, temas referentes ao climatério e à menopausa ainda não passaram a ser a tônica do movimento feminista ou a bandeira de conselhos ou associações que ainda privilegiam as passagens ligadas a fases reprodutivas da vida da mulher: o caminho para a mudança deve partir de cada mulher. O estudo de Selma mostra a necessidade de recriar uma nova mitologia, uma mitologia positiva acerca do climatério e da menopausa.

Nos capítulos seguintes a autora desenvolveu a problemática do livro, revelando um trabalho cuidadoso e carregado de sensibilidade. Neles as entrevistadas descrevem suas experiências atuais acerca do climatério e da menopausa*** e, ao mesmo tempo, essa parte do texto tem uma ligação direta com a primeira, só que agora acrescida das vivências das participantes. Essa geração de mulheres, hoje na faixa dos 40/50 anos, trazem à tona questões que dizem respeito ao descaso em relação à saúde da mulher de meia-idade, ao descrever suas peregrinações a médicos das mais variadas especialidades, terapeutas que na maioria das vezes não associam as perturbações físicas e emocionais à questão hormonal. O descaso da área médica revela-nos a que ponto informações que dizem respeito ao climatério e à menopausa chegam até o grande público. As próprias mulheres que atravessam o período não relacionam suas alterações físicas e certos estados emocionais ao climatério. Logo, o espaço aberto por Selma nos *workshops* e entrevistas revelou-se também como o espaço da descoberta, da troca

de experiências, da cumplicidade.

Em "Fenomenologia da passagem" a autora classificou em tópicos os sintomas relacionados à fase do climatério e da menopausa, descrevendo as mudanças físicas e emocionais e a busca de assistência médica, levando em consideração as experiências das entrevistadas. É importante destacar que algumas mulheres foram entrevistadas em intervalos distintos, contactadas um ano e meio depois do primeiro relato; nisso foi possível perceber a mudança de sentimentos "o que me fez considerar a importância do momento, do fator temporal neste processo" (p. 153-4). As falas destas mulheres demonstram a forma como as questões de saúde da mulher de meia-idade são evidenciadas e a necessidade de uma política de valorização da mulher pós-ciclo reprodutivo, que tome a mulher em sua integridade.

Em "Mitologia da passagem", a autora segue procurando perceber se a experiência contestatória trouxe às entrevistadas uma outra percepção, numa sociedade que atribui todo um conjunto de valores negativos à mulher mais velha. O texto foi dividido em duas partes distintas, primeiramente mostrando os mitos coletivos sobre a mulher mais velha que perpassam os depoimentos e numa segunda parte, destacando os mitos e valores do movimento de contracultura, os quais persistem e que aparecem nítidos nos depoimentos, abrangendo todo o trabalho. Fica latente nas falas que o climatério é encarado como um momento de perda: perda dos atributos femininos, perda da sexualidade, fim da vida.

Cabe aqui refletir sobre as representações femininas acerca da beleza e do funcionamento do útero e como essas imagens estão introjetadas em todas as mulheres. Assim, o envelhecer é visto como o prelúdio do fim: "Ser velha aqui no Brasil não é fácil. A gente não vê velho na rua. (...) Aqui é difícil a gente ir a festas, teatros, lugares públicos em geral, ou mesmo a reuniões profissionais, congressos, etc., e encontrar gente que seja mais velha. Eu sou sempre a geração mais velha nestes lugares! (...) A gente como mulher madura é muito mal pensada e tratada aqui. Então não é fácil aceitar que a gente está se encaminhando pra velhice" (Vera) (p. 172-3).

Nos outros capítulos que encerram o trabalho, a autora utiliza sua experiência em arte terapia gestáltica, lidando com a linguagem verbal, plástica e poética. As entrevistadas, que podem ser consideradas autoras coadjuvantes, exprimem através de formas e versos suas fragilidades e toda emoção que o verbo não abarca. Como na interpretação que Inês fez de seu trabalho:

Hoje eu quero ser inteira, unir o que faltava,
Assumir o que era negado, sentir,
Agir sem hierarquias,
Permitir o prazer sem sublimações
Resgatar a chama abafada pelo poder da
razão (p. 188).

As mulheres entrevistadas e a própria Selma evidenciaram a necessidade de reacender as chamadas e crenças da juventude, estendendo-as para o agora. A unicidade de muitos relatos aponta para a questão primordial, ou seja, o climatério e a menopausa necessitam de uma nova mitologia sobre a passagem, a mulher de meia-idade e o envelhecer. E esta geração de mulheres e demais profissionais possui esse papel transformador, exigindo de médicos e terapeutas o respeito e o direito de serem ouvidas, e essa fala deve ultrapassar a dimensão física do consultório para

que possamos desnudar todo preconceito e vergonha que ainda encobrem esse momento de passagem.

1. A menopausa é uma das fases do climatério, mas o termo menopausa é usado de forma ampla e o uso corrente entre médicos e a população deu-lhes o mesmo significado.

2. A propósito, devo salientar que boa parte das pesquisas desenvolvidas por especialistas da área médica não atingem o grande público, esses textos são encontrados apenas em espaços específicos como a RBGO (Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetria) ou o JBG (Jornal Brasileiro de Ginecologia).

3. SHEEHY, Gail. *A passagem silenciosa: menopausa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995 (primeira publicação americana em 1991).

PATRICIA DE FREITAS ■

Do cotidiano da escola mista ao ideal de co-educação

La mixité à l'école primaire

ZAIMMAN, Claude

Paris, L'Harmattan, 1996, 236p.

Parte de coleção intitulada Biblioteca do Feminismo, o livro de Claude Zaidman, *La mixité à l'école primaire*, ou numa tradução livre, *A escola primária mista*, é uma publicação de nacionalidade francesa realizada no âmbito do CEDREF (Centro de ensino, documentação e pesquisa de estudos feministas da Universidade Paris 7) e apoiada pela Associação Nacional de Estudos Feministas (ANEF). O livro é resultante de pesquisa¹ que incluiu três escolas de Paris e da Grande Paris, constando de observações e filmagens das relações entre meninos e meninas, professores/as e alunos/as em vários ambientes e atividades escolares, como as atividades em sala de aula e no pátio de recreação ¾ momentos

que se opõem, pois o pátio, ao contrário da sala de aula, não é pautado por objetivos pedagógicos e não conta com o direcionamento da professora, como o recreio nas escolas brasileiras.

Mais do que a questão do sucesso ou do fracasso escolar, já tradicional nas abordagens francesas da sociologia da educação, o ponto central do estudo realizado por Zaidman é o sistema de relações que se estabelece na escola, os indivíduos como membros da instituição (e não apenas a avaliação de suas competências e atitudes) e as práticas no interior da escola. Por essa razão, essa pesquisa empírica não tem por objetivo provar que a escola é ou não sexista ou que beneficia mais meninas ou meninos, mas objetiva analisar como a escola é perpassada por ideologias relativas às diferenças de sexo; como tais diferenças, sob a forma de representações, conformam a prática profissional; e como a escola constrói um espaço particular de re-significação dos comportamentos sexuais. O essencial para a autora é saber como a 'mistura' de meninas e meninos e vivências em grupos prepara para a vida social.

Assim, Zaidman critica a relação reafirmada de vários modos entre as diferenças de

comportamento entre meninos e meninas e uma diferença biológica dada e fundamental, como um destino que se abate sobre as crianças, usada para explicar e justificar todas as diferenças sociais entre os sexos. Tal crítica é indicativa do modo como a autora considera o 'dado' biológico: ela não parece negar sua existência, mas também não credita a tal aspecto mais do que um modo, como outros, de justificar as diferenças entre os sexos. Nesse sentido, Zaidman elucida tanto sua percepção acerca das relações entre o biológico e o social quanto sua apropriação do termo gênero ao tomar Erving Goffman (1977) como referencial. Ao citar este autor, ela expressa que direcionou sua pesquisa não para a relação entre as diferenças naturais de sexo e a organização social, mas para a maneira cuja organização social constrói e reafirma essa relação para justificar as diferenças institucionais de sexo através do sistema de relações induzidas, tais como os jogos das crianças, o esporte, que definem "sub-culturas de gênero".

Zaidman aborda a escola como uma das instituições fundamentais da sociedade, tanto por ser um dos símbolos políticos dos valores republicanos franceses — dado o valor da laicidade — quanto por desempenhar funções de aprendizagem e socialização. Contudo, mesmo reconhecendo a importância da educação escolar, no que se refere à construção do que denomina de identidades de sexo, a autora afirma que a escola não é o único elemento que constitui o comportamento sexual, pois, ao entrar na escola, as crianças já estão largamente socializadas segundo seu sexo. O sexo, segundo Zaidman, seria a primeira categorização social. A "atribuição do sexo" se dá desde o nascimento e ao longo da vida e distribui o conjunto da população em uma ou outra das duas categorias (masculino e feminino/homem e mulher). Tal atribuição, designação de sexo, pode ser considerada, segundo a autora, como "o protótipo das classificações sociais", um ato social que funda a existência de dois grupos de sexo, dois grupos sociais hierarquizados. A essa demarcação sexual corresponderia a determinação de comportamentos de convivência e as identificações da criança, deste modo meninos e meninas seriam dotadas de *habitus* (e para utilizar esse conceito Zaidman cita Pierre Bourdieu, em *Choses Dites*, 1987), ou seja, disposições construídas no meio familiar e na escola maternal que determinariam ampla e profundamente seus modos de fazer, de dizer, e de ver em função de seu sexo. No entanto, a manifestação desse "*habitus* de gênero", como denomina Zaidman,

forjado na primeira infância, irá se reforçar ou modificar sobre a ação da escola e de seus ensinamentos.

Assim, ainda que a escola não seja a única instância de socialização, a hipótese de Zaidman é de que a maneira que a 'mistura' entre meninos e meninas se impõe na realidade escolar por ela pesquisada, sem reflexão pedagógica, continua a pesar previamente sobre o modo que a escola administra as relações entre os sexos, pois tal 'mistura' não equivale ao ideal de co-educação. Para que este fosse levado a termo, a escola mista teria que ser questionada e analisada sobre a maneira que realiza um determinado modelo de relações entre os sexos. Pode revelar-se estéril a coexistência entre os sexos, sem que seja conduzida uma reflexão pedagógica sobre a co-educação, uma vez que está em vigor um contexto de separação ainda largamente dominante.

Com a pesquisa empreendida, Zaidman concluiu que a escola mista não é necessariamente considerada como ideal por professoras/es e diretores/as na escola, mas como uma situação dada, não merecendo ser objeto de nenhuma atenção educativa particular. A autora também concluiu, através das situações observadas e analisadas, que se, por um lado, não há uma reflexão da 'mistura' entre meninos e meninas, por outro lado, há uma utilização da diferença entre os sexos na escola. E, portanto, ainda que as diferenças sejam apagadas oficialmente na sala de aula, são utilizadas pelas professoras para facilitar a condução da classe no que se refere à disciplina. Um bom exemplo é a organização de meninas e meninos sentados em sala de aula intercaladamente e a consideração das meninas como "auxiliares pedagógicas", devido às características que lhes são atribuídas, como a calma e a dedicação aos estudos. Assim, os professores e professoras apóiam-se sobre os arranjos de gênero socialmente consagrados. No pátio de recreação, lugar de atividades 'livres', é possível assistir uma "segregação espontânea" promovida pelas crianças, aceita por todos e muito bem descrita pela frase de um diretor de escola primária entrevistado por Zaidman: "A mistura de meninos e meninas é como o molho *vinagrete*, assim que se para de misturar, se separa". Assim, os jogos expressam e reforçam as diferenças e separações entre os sexos, mas não significam ausência de relação entre eles. O uso do pátio pelos meninos, de modo agitado, barulhento e prescindindo de amplos espaços para o futebol, assim como o uso do mesmo pátio pelas meninas ao "pularem elástico", de modo contido e passível

de intervenção por parte dos jogos dos meninos, demonstra a construção e perpetuação da exclusão das mulheres dos lugares de poder. Através do jogo, os meninos se preparariam para a dominação e as meninas para a sujeição. Assim, uma das constatações de Zaidman é de que, ainda que não se possa acusar a escola de produzir mais estereótipos que outras instâncias da sociedade, se pode, ao menos, criticá-la por consolidá-los. Isto demonstra que a abertura das instituições para ambos os sexos ou o princípio da igualdade de tratamento não são suficientes para garantir a igualdade entre os sexos.

Zaidman finaliza então os escritos sobre sua pesquisa sinalizando com um ideal acerca da escola mista. Esta, como forma de gestão da diferença sexual, deveria permitir situações diversas, nas quais meninas e meninos pudessem existir como indivíduos sem ser encerrados em uma designação sexual ou, ao contrário, que pudessem pertencer a um gênero e construir sua identidade sexual com respeito à diversidade. Assim, Zaidman nega a defesa de uma posição andrógina, mas postula o inter cruzar das categorias classe e gênero, pois as identidades de gênero variam segundo o meio social. A autora assinala a importância de trabalhar os estereótipos tanto de professoras/es quanto de alunas/os, com a finalidade de permitir a todos a aceitação da fluidez na definição das identidades sexuais, o que possibilitaria também trabalhar o clássico problema da sociologia da educação na França: ou seja, o problema do sucesso e do fracasso escolar das classes populares. Nesse sentido, a autora assinala que aprender a viver com as diferenças e trabalhar para o futuro da democracia significa gerir tais diferenças numa perspectiva de igualdade e refletir sobre as relações de meninos e meninas e sobre a escola mista. Pensar a igualdade deste modo, é pensar os aspectos sociais da construção da diferença, não recusando às mulheres e aos homens o direito de viver diferentemente segundo suas escolhas.

Oscilando entre a especificidade do cotidiano da realidade escolar e a abrangência dos fundadores ideais democráticos, a pesquisa de Zaidman soa como contribuição ímpar para os

estudos da temática gênero e educação escolar. Além de imbricar as categorias classe e gênero em sua análise, Zaidman estabelece um quadro das pesquisas feministas anglo-saxãs e um quadro das pesquisas francesas em sociologia da educação, beneficiando-se dos referenciais de ambas e, portanto, embasando-se tanto em conceitos advindos de Pierre Bourdieu e Erving Goffman, quanto em pesquisas análogas à sua, como de Elena Belotti e de Barrie Thorne. Desta forma, a bibliografia por ela citada pode ser considerada como importante indicação de leitura para as estudiosas da área, assim como merecem destaque a metodologia de pesquisa e o olhar que guiaram-na em suas observações e análises.

Chama a atenção o modo como Zaidman relaciona a gênese e as conclusões de sua pesquisa com a ascensão da escola laica e mista como um dos pilares do regime republicano e com a cidadania, pilar da sociedade democrática, pois o que normalmente se observa em pesquisas empíricas como essa são prescrições de âmbito mais didático e pedagógico, nem sempre relacionadas com a esfera político-social mais ampla. Tal característica da pesquisa de Zaidman pode ser apontada tanto como mérito quanto como uma abordagem que ocasiona lacuna, uma vez que a autora não prescreve possibilidades de ação passíveis de aplicação no cotidiano da realidade escolar, como pode ser tão caro em eventuais leituras que demandem soluções mais práticas.

A leitura do livro de Zaidman ilustra a pesquisa do que foi e do que está sendo produzido na França sobre educação e gênero, demonstrando que essa pode ser fértil seara da qual as pesquisas da citada temática podem se beneficiar.

¹ Pesquisa acerca da qual a *Estudos Feministas*, em número especial, de outubro de 1994, sobre o Colóquio França/Brasil/Quebec, deu notícia, sob a forma de conclusões parciais, em artigo de Claude Zaidman, intitulado "A administração escolar do regime misto na escola primária".

DANIELA AUAD ■

O que pode um corpo?

O corpo educado: pedagogias da sexualidade

LOURO, Guacira Lopes (org.)

Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 176p.

Livros podem se assemelhar a árvores. Livros-árvores, livros-raízes, marcados por uma espécie de estrutura ordenada desde um eixo central a partir do qual se posicionam os demais elementos.

Hierarquizante, simétrica e centralizadora, a estrutura arborescente revela-se como metáfora de um modo de regulação e coordenação das forças imanentes à vida: modo de dar existência às forças, imprimir-lhes formas, limitar-lhes o ilimitado, fixar-lhes a fluidez. Um modo que, operando desde referências identitárias, segmentações e oposições binárias, move-se pela devoção à replicação e pela fobia ao diferente, ao outro e aos estranhamentos. Trata-se de instituir controles sobre o vir a ser e de garanti-los através da constituição de descendentes e descendências, herdeiros e heranças, pertencimentos e exclusões. Um modo que, ao reconhecer e legitimar, captura, sobrecodifica e produz o seu avesso: um duplo não-reconhecido, pertencente ao não-sentido, ao ex-conjurado.

Tratando-se de livros, podemos, portanto, perceber que um livro pode mesmo vir a se tornar uma espécie de aparelho de captura, buscando totalizar em uma só voz – a do autor –, os sentidos ali presentes e propostos. Posiciona, portanto, o leitor como guardião/herdeiro da suposta herança ali contida, como essência naturalizada e verdadeira, a partir da qual todos poderão garantir referências ao seus nomes próprios. Um leitor reativo, passivo, limitado na ação e estimulado na ampliação de sua memória e consciência. Um livro-árvore reivindica leituras que não o rasguem ou firam com novas traduções. Pretende mesmo constituir uma espécie de fidelidade a um conjunto de pressupostos, tomados como transparentes e unívocos. Um livro-árvore pede para ser visto como livro-revelação, templo no qual o tempo se vê como espelho refletor de verdades re-apresentadas desde um passado imortalizado. Nessa espécie de livro não há futuro. Apenas devém o passado. O devir é acolhido com ressentimento. O que importa são as marcas mnêmicas, a fixação às impressões

indelévels, o investimento nas marcas. O governo é dos mortos. Mas quem não vê a insuficiência desse modo de produção?

Isso é tudo que pode um livro?

Ao ler *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, organizado por Guacira Lopes Louro, percebi que detinha em minhas mãos algo que se mostrava como uma pequena máquina, que revelando-se suscetível a múltiplos acoplamentos, foi disparadora de afecções pertinentes a uma produção nada assemelhada com a arborescente. Produziu-se um trabalho de leitura bifurcante, rizomático, que avançava à medida em que fazia alianças, misturas e combinatórias com outros textos, discursos, imagens, sentimentos, enfim, toda uma reserva flutuante de desejos e signos. A leitura revelou-se como uma operadora de passagens e interconexões, permitindo novas construções textuais, interpretações e geração de outras indagações. Pode posicionar o leitor também como uma espécie de co-autor, na medida em possibilita constituir-se como uma interface, fazendo proliferar agenciamentos com outras redes e fluxos de inteligência coletiva. O próprio livro, tomado em sua materialidade, pode ser visto como efetiva prática discursiva, veículo de migração de fronteiras, colocando-se como efeito bem sucedido em direção de uma inseparabilidade entre conhecimento e vida, um dos mais caros sonhos feministas.

Podemos assinalar tratar-se de um livro polifônico, suporte das vozes de diversos autores, heterogêneos em suas procedências disciplinares e geográficas, e que se reúnem, convidados por Guacira, para a produção de um inequívoco sentido crítico às tecnologias de subjetivação, enquanto pedagogias da sexualidade, instituídas no Ocidente. Cada autor pode ser tomado como elemento de uma rede de intercessores voltada para enfatizar as necessárias alianças que possam formalizar as condições para o árduo trabalho de desnaturalizar o arbitrário cultural e constituir um novo regime de expressão, fundado em passagens e aberturas aos novos modos e olhares de dar existência ao humano. O livro de Guacira perfila-se junto a todos aqueles esforços que pretendem exercer uma espécie de pressão corrosiva e libertadora sobre os silêncios e as palavras que enlaçam os corpos, subjugando-os a modelos identitários, transcendentais e forjados no plano das demarcações rígidas, em cujas fronteiras não

há lugar para a pluralidade e ambigüidade. Corpos sexuados, sexualidades corporificadas concebidos como dispositivos históricos – efeitos positivos do bio-poder –, que colocam em xeque a própria noção de natureza, fazendo migrar muitas fronteiras como a do público/privado e a do corpo/subjetivação. O cunho crítico dos estudos apresentados caracteriza univocamente a centralidade da sexualidade no que diz respeito ao controle social e ao estabelecimento da governabilidade e, ao desconstruir as noções de normal e patológico, homo e heterossexualidade restitui ao pensamento, a possibilidade de crítica às condições que as criaram, revelando-as como constructos históricos instituídos como parte da normalização da sociedade.

Podemos dizer que, de uma forma especial, as diversas vozes presentes no livro em exame compõem uma constelação de pensadores cujo modo de pensar não parece marcado sequer pela busca de causas e tampouco por princípios teleológicos. Tais autores parecem recusar a noção de uma história unificada e coerente. Para eles, tal como refere Michel Serres, as transformações podem vir a ter lugar por todos os lados, dando-se em direções múltiplas e às vezes divergentes, através de conexões de uma rede múltipla e complexa, de caminhos acavalados e entrecruzados em nós, pontos de intercâmbio nos quais se bifurcam uma ou várias vias.¹ Rede de uma multiplicidade de tempos, de disciplinas diversas, de idéias da ciência, de grupos, de instituições, de capitais, de homens em acordo ou em conflito, de máquinas e objetos, de previsões e acasos que compõem um tecido flutuante. Ao pensar, tais autores procuram constituir um modo de visibilidade que reconhece múltiplas e mínimas operações dos sujeitos, situadas como murmurantes formigamentos que fervilham nas bordas das fissuras e das fendas da linguagem e da cultura por onde vasa o não-sentido, o indizível e o invisível. Constróem, desta maneira, uma espécie de morada do diferente, o que, contudo, não quer dizer morada da liberação, já que todos sabem que novos regimes de produção de subjetividade implicam também correlatas novas problematizações de controle. Tratando de, através da desconstrução dos sólidos argumentos de crenças e arbitrariedades instituídas histórica e culturalmente e da busca de criação de um novo regime de visibilidade, devolver aos sujeitos a potencialidade do próprio pensar, agora embebida nas intensidades da inconsciência e da desrazão, expandida, pois, para muito além da memória e da consciência. A partir deste novo paradigma,

pode-se então reconhecer que não sabemos do que um corpo é capaz, quais são as suas forças e o que elas preparam. O desconhecido e a imprevisibilidade inauguram as possibilidades de nascimento de novos mundos e novos sujeitos, apontados por vezes que falam do corpo sem órgãos, corpo-intensidade, corpo-devir. Plasticidade, eterna metamorfose, despersonalização, desidentificação. Corpo que faz desabar o Eu e as docilidades pedagógicas. Corpo hifenizado, habitante do lugar mestiço, envolto e mergulhado num 'meio', num 'entre' por onde desenvolve suas manobras de ação e reação. Terceiro incluído, faz-se como apagamento de fronteiras e como lugar de seu próprio outramento, de sua própria alterização. Acontecimento-linguagem, lugar-tempo, ser-devir, corpóreo-incorpóreo, familiar-estranho. Irredutível a fixações binárias e resistente às teorizações das metades. Corpo sensível do qual emana um conhecimento não sabido, uma língua não-verbal, uma sensibilidade primordial que é dele inseparável. Corpo escultura do tempo, corpo-alma tomado como as marcas e parcializações das maneiras de ser do próprio tempo e do próprio vazio primordial. De tal perspectiva, pensar o corpo enquanto devir, leva a tomá-lo como virtualidade, o que não significa inexistência. O corpo, tal como a realidade, coloca-se como criação distante do acabamento e da totalização. Corpos e mundo são considerados como obras abertas, virtualidades em ressonâncias, sendo o corpo um operador de linguagem, estrutura viva em devir, tensionado entre passado e futuro, entre razão e desrazão, memória e esquecimento. Corpo-alma, corpo-grávido, singular e coletivo, texto inacabado, tecido imanente que conecta cultura e natureza, inteligência e historicidade encarnadas.

As transformações sociais e subjetivas a que devotam seus esforços inúmeros sujeitos, implicam o reconhecimento de um lugar não apenas para o diferente, mas em especial para a diferenciação. Revelam a importância dos modos como uma dada sociedade abre-lhe espaço e a acolhe. Diferenciação implica processualidade permanente de desfiliação, desfixação e de construção de linhas de fuga em direção ao não-sabido. Considerar o novo desde a perspectiva de um desenvolvimentismo previsível ou como ponto de partida de uma nova ordem social cujas diretrizes já se encontram planejadas não significa receber aquilo e aqueles que nascem em sua alteridade, mas mera e simplesmente tomá-los como expressão de nós mesmos. A direção que estamos a apontar é a do intempestivo interrompendo toda a expectativa; é

a do acontecimento imprevisto que não pode ser tomado como a consequência de nenhuma causa e não pode ser deduzido de nenhuma situação anterior.

Assim, se aquilo que nasce está longe de se constituir como continuidade de uma cronologia, operando mesmo como sua ruptura, podemos assinalar, em contrapartida, o disparo de reações do sistema social com vistas à necessidade de sua nova regulação e ordenamento. A educação e as práticas pedagógicas sentir-se-ão mais uma vez invocadas como aparelhos e tecnologias de captura e homogeneização. Ou poderemos, nesta nova ecologia social e cognitiva, vir a colocar a questão o que pode a Educação, além do que já dela conhecemos?

As lutas, decorrências e implicações manter-se-ão ativas, produzindo, na trama das conflitualidades, novas dobras, tensões e inflexões. Uma nova interioridade será proposta e esperamos

que também um novo pensamento, não sedentário, nômade, inventivo e imaginativo, que, segundo Deleuze, pode ser visto como um modo de sensibilidade e de paixão, capaz de comover a alma e deixá-la perplexa, de afetá-la em relação à alteridade como algo que, ao provocar, possibilita se fazer também como aprendizagem.² Pensamento-aprendizagem que, como diz Jorge Larrosa, ao colocar-nos em perigo, nos leva para além de nós mesmos.³

1. SERRES, Michel (org.). *Historia de las ciencias*. Madrid: Cátedra, 1991.

2. DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora34, 1992.

3. LARROSA, Jorge & LARA, Núria Pérez de (orgs.). *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TANIA MARA GALLI FONSECA ■

Histórias de Comadre e Novas Narrativas Feministas

Old Wives' Tales and Other Women's Stories

MODLESKI, Tania

New York/London: New York University, 1998. 238p.

Em seu mais recente livro de crítica cultural feminista, Tania Modleski, autora cujo título acadêmico é Florence R. Scott Professor of English na Universidade da Califórnia do Sul, diz que as histórias relatadas por mulheres são freqüentemente desacreditadas pela cultura dominante mas que o feminismo ajudou e pode continuar a ajudar a conferir legitimidade às histórias para que possam efetuar mudanças na sociedade. Mesmo assim, Modleski esclarece que o feminismo não deve apoiar histórias só porque são contadas por mulheres. Ela chama a atenção para uma entrevista dada por Virginia Thomas (casada com Clarence Thomas, que agora é juiz

no Supremo Tribunal) na revista *People* como exemplo fundamental duma 'história de comadres', que pretendia desacreditar a história de uma outra mulher (Anita Hill) ao mesmo tempo em que protegia e defendia o patriarcado. Daí a conjunção no título de seu livro, que sugere a complexidade da relação de Modleski não só com as narrativas de mulheres como também com a categoria 'mulher'. Os capítulos de *Old Wives' Tales and Other Women's Stories* (Histórias de Comadres e Outras Histórias de Mulheres), alguns dos quais já apareceram como artigos, estudam uma variedade de histórias de mulheres que são associadas a diferentes formas da cultura popular. Além da entrevista de Virginia Thomas, Modleski escreve sobre as histórias contadas por escritoras do gênero 'aventuras romanescas'; pelas *performance artists* Sandra Bernhard e Anna Deavere Smith e pelas diretoras Jane Campion (*The Piano*), Maggie Greenwald (*The Ballad of Little Jo*) e Nancy Savoca (*Dogfight*). Modleski termina seu livro com uma história pessoal sobre sua família e a morte de sua mãe. Mas antes de discutir esses capítulos individuais, quero comentar brevemente a base teórica dos estudos de gênero literário feitos por

Modleski, focalizando um debate que apareceu recentemente entre feministas nos Estados Unidos e que parece dar base a todo seu livro.

Em geral, *Old Wives' Tales and Other Women's Stories* é implicitamente sobre o debate entre especialistas de estudos da mulher e de gênero sobre a necessidade e a pertinência de uma crítica especificamente feminista em uma época 'pós-moderna'. Este debate específico não é novo na universidade; de fato, o livro anterior de Modleski, intitulado *Feminism Without Women* (1991), era uma defesa inteligente da categoria 'mulher' contra aquelas críticas que tentaram abolir a palavra, tanto quanto contra os críticos masculinos que tentavam colocar-se no centro do debate (pós)feminista. Em *Old Wives' Tales and Other Women's Stories*, Modleski continua engajada com os conflitos entre teorias feministas, humanistas, pós-estruturalistas e pós-feministas; mas ela está mais diretamente preocupada com a recente guerra de palavras entre feministas acadêmicas que começaram a escrever nos anos setenta e a nova geração de professoras que está formulando questões sobre suas antecessoras. Infelizmente para o feminismo, este conflito de gerações tornou-se mais controverso desde a publicação do livro de Modleski — como se pode ver nos debates entre feministas 'mais novas' e feministas 'mais velhas' publicados em jornais e revistas acadêmicas e populares como *The Chronicle of Higher Education* e *Critical Inquiry*.

Na introdução do livro *Feminist Criticism Today: Notes from Jurassic Park*, Modleski chama à ordem esta nova geração *sororophobic*, tanto por sua visão homogeneizada da crítica feminista anterior quanto por sua tendência a julgar as feministas que escreveram esta crítica como se estivessem fixas no tempo — como dinossauros fossilizados — em vez de mulheres cujo ponto de vista e opiniões evoluíram. Para esclarecer seu argumento, Modleski revê rapidamente as diferentes posições, metodologias e debates entre o feminismo dos anos setenta e oitenta; ao mesmo tempo, ela chama a atenção para feministas 'mais velhas' cuja crítica literária e cultural une conceitos essencialistas com argumentos pós-estruturalistas. A própria obra de Modleski sobre feminismo e cultura popular endossa esta combinação de idéias; ademais, a clareza de sua prosa, que inclui boa dose de engenho e ironia, opõe-se à uma opinião prevalente de que uma pessoa tem que escrever num estilo difícil se não impenetrável para ser considerada teoricamente sofisticada e complexa. Neste último caso, *Old Wives' Tales and Other Women Stories* é indubitavelmente o livro mais

acessível de Modleski. Embora alguns críticos não gostem da ênfase que dá ao aspecto pessoal (que para Modleski é sempre político), pode-se dizer que ela está incorporando em sua obra uma outra tendência da crítica feminista norte-americana, que é freqüentemente associada com bell hooks, cujas narrativas baseadas em testemunho derivam-se de suas experiências como africana-americana e feminista.

Quase todos os capítulos no livro de Modleski têm a ver com gênero literário ou talvez mais precisamente com a maneira pela qual o gênero ajuda a definir as comunidades, ideologias e a política cultural. Na primeira parte do livro ela estuda formas geralmente associadas com mulheres, mostrando como estas formas às vezes criam novas interpretações da realidade, e como elas criticam ou apoiam o *statu quo*. Por exemplo, no capítulo "Breaking the Silence, or an Old Wives' Tale", ela classifica a entrevista de Virginia Thomas na *People* dentro da tradição do melodrama do tipo *A cabana do Pai Tomás* sobre a humanidade negra e sofridora — uma sentimentalização do negro negada por Richard Wright no seu romance *Native Son*. (Para bem apreciar o ponto de vista de Modleski, talvez seja necessário esclarecer que tanto Virginia Thomas como Harriet Beecher Stowe são brancas.) A tentativa de Virginia Thomas de desacreditar o testemunho de Anita Hill, que afirma ter sofrido abuso sexual pelo marido de Thomas, reside na especulação de que Anita Hill "was probably in love with [Clarence]" (estava provavelmente apaixonada por [Clarence]). Neste ponto, Modleski cita a escritora africana-americana Alice Walker, que numa carta ao redator da revista *People*, observou que: "The mistress of the plantation used to say the same thing about her female slave every time she turned up pregnant by the master" (27) (A senhora de engenho dizia a mesma coisa sobre sua escrava cada vez que esta era engravidada pelo senhor de engenho). Modleski contrasta a história de Virginia Thomas, que ela classifica como "old wives' tale", com a 'outra história' de Anita Hill, que Modleski descreve na tradição da narrativa da escravidão — uma forma cujos protestos contra o abuso eram freqüentemente julgados falsos, como aqueles de Anita Hill pelo Comitê Judicial do Senado. A questão para Modleski é como certas histórias de mulheres funcionam ao lado da cultura dominante enquanto outras são desacreditadas porque funcionam em oposição a esta cultura. Para serem adequadamente ouvidas, estas 'outras histórias de mulheres' precisam do apoio de uma coletividade que deseja a mudança sócio-política.

Leitores interessados no romance de aventuras sentimentais talvez já estejam familiarizados com o estudo seminal de Modleski intitulado *Loving With a Vengeance* (1984) que chamou atenção para as qualidades subversivas dum gênero literário pouco estudado até então e que foi geralmente considerado reacionário e vazio de consciência feminista. Neste seu novo livro, Modleski dedica dois capítulos a este tipo de romance. No primeiro, ela traça sua longa atração pela ficção romântica, sua ambígua relação com o gênero e a decisão de escrever sua tese de doutorado sobre este tipo de romance, numa época em que a universidade não estava tão aberta aos estudos de cultura popular. No segundo capítulo, mostra seu desconforto com a retórica banal de estudos que apareceram num número especial da revista *Paradoxa* dedicado ao romance sentimental — sobretudo com a declaração de uma autora que disse que ler e escrever romances deste tipo são dos atos mais subversivos que uma mulher pode fazer para desafiar o patriarcado. A metodologia crítica que Modleski utiliza dá ênfase à importância de considerar ambos os elementos progressivos e regressivos do gênero. Aqui ela enfatiza os aspectos regressivos do romance sentimental para se opor ao 'otimismo doido' do número especial de *Paradoxa*.

A primeira parte inclui também um excelente ensaio sobre *The Piano*, um filme que críticos como Carol Clover (autora de *Men, Women and Chainsaws*) ataca por ser sadomasoquista (o marido da heroína decepa-lhe o dedo quando descobre que ela está apaixonada por outro). Modleski debate esta posição, porque pensa que Clover está privilegiando a fantasia (masculina) do *slasher* (cortador) sobre o romantismo da mulher, mas também porque Clover sugere que um gênero popular como o filme do *slasher* seja politicamente subversivo enquanto um filme de arte, como *The Piano*, seja meramente pretensioso. Ao contrário de outros críticos, Modleski focaliza o poder no filme da relação mãe-filha e como o despertar sexual da mãe liberta a sexualidade da filha, que é apresentada de uma maneira altamente direta e sem sentimentalismo. Isto não quer dizer que Modleski não tenha reservas com relação ao filme. Para ela, o aspecto mais perturbador "is the way it negates the pain of the loss of the mother to the daughter and the daughter to the mother. Not only is there a severing of erotic ties but also a repression of the fact that the two share a common fate" (45) ("é a maneira pela qual o filme nega a dor sentida pela filha com a perda da mãe e vice-versa. Não há somente um corte de laços eróticos

mas também uma repressão do fato de que as duas compartilham um destino comum".)

Na segunda parte do livro, Modleski examina a apropriação por mulheres dos gêneros masculinos e a prática daquilo que se chama 'travestismo autoral'. Embora o capítulo sobre Sandra Bernhard seja inteligente em sua análise do uso por mulheres da imitação racial e *blackface* (ator/atriz caracterizado/a de negro/a) na representação, o argumento torna-se confuso quando passa de questões sobre a raça para uma discussão da sexualidade de Bernhard. O capítulo sobre Anna Deavere Smith é especialmente perspicaz no exame de assuntos de raça. A representação de Smith é baseada em fragmentos de entrevistas que ela conduziu com indivíduos que experimentaram eventos controversos e até cataclísmicos como o espancamento de Rodney King pela polícia e a subsequente revolta popular em Los Angeles. Modleski sugere que o uso que Smith faz das citações leve em consideração o "potencial transformador da repetição (Homi Bhabha), pelo qual a raiva expressa pelos vários indivíduos que Smith representa no palco forma a base de uma solidariedade entre as diferentes etnias" — ou o que Modleski chama de "consciência diaspórica", que atravessa fronteiras raciais e étnicas.

Outros dois capítulos nesta parte do livro focalizam a maneira pela qual diretoras privilegiam a experiência e a autoridade femininas em gêneros cinematográficos que tipicamente relegam a mulher a uma posição subordinada — quando elas chegam a aparecer no filme. Modleski está especialmente interessada em *Dogfight*, de Nancy Savoca, um filme pouco conhecido e que é menos sentimental e menos comprometido do que a maioria dos filmes masculinos amplamente discutidos sobre a guerra no Vietnã. O *dogfight* é a expressão militar para uma batalha rápida e violenta entre aviões muito próximos uns aos outros. Neste filme refere-se à aposta feita por quatro jovens soldados que estão saindo para lutar na guerra e querem ver quem entre eles pode convidar a moça mais feia para dançar. Ao contrário da cena do *prom* (baile de formatura) que se vê no filme *Born on the Fourth of July* (*Nascido em Quatro de Julho*), de Oliver Stone, o *dogfight* mostra a crueldade dos jovens com as mulheres que convidaram para dançar. Mais importante ainda são as reações das mulheres, que longe de lamentar seu destino como 'material do *dogfight*', tornam-se revoltadas. "Did you ever see such a pack of pukes in your life?" (você já viu sujeitos tão cafajestes na sua vida?), pergunta uma das

personagens femininas; e quando a protagonista, Rose, descobre por que Eddie a convidou para dançar, ela o confronta com seu ato cruel. Durante todo o filme, Savoca focaliza Rose como um indivíduo forte cuja paixão é a música e que quer mudar o mundo e de quem Eddie aprende algo — apesar do fato de que, num momento de bravata masculina, ele rasga o papel com o endereço de Rose antes de partir com os amigos num ônibus. Ao contrário de muitos filmes sobre a guerra de Vietnã, *Dogfight* usa só um minuto para mostrar-nos a guerra, e a diretora opta pela música folclórica em vez do *rock and roll* tradicional, cuja função é elevar o nível de testosterona. Além disso, o filme nunca permite que outra forma de vitória pessoal alivie ou desfaça o sentido da derrota e da derrota no Vietnã e também evita o 'final feliz'. Eddie volta a procurar Rose, mas a cena em que eles se abraçam é triste.

No capítulo sobre *The Ballad of Little Jo*, de Maggie Greenwald, Modleski mostra como Greenwald desafia as convenções do filme de faroeste — sobretudo na representação da sexualidade masculina. Baseado numa história verídica, o filme é sobre uma mulher, Jo, que abandona sua casa e seu filho na costa leste dos Estados Unidos e viaja para o oeste a fim de começar uma nova vida disfarçada de homem. Ela aprende pouco a pouco a sobreviver no ermo inculto e sua identidade é um segredo até a morte, quando seu sexo verdadeiro é revelado a uma comunidade abalada. Tipo solitário, Jo tem uma relação sexual com um chinês cuja vida ela salvou e que torna-se seu criado. Modleski observa que, ao contrário da maioria dos filmes de faroeste, *The Ballad of Little Jo* apresenta não só uma mulher, mas também um asiático como figuras importantes na construção do oeste — um assunto importante porque na História as mulheres e os chineses tiveram papéis semelhantes na época e concorreram pelos mesmos empregos no mercado de trabalho doméstico. O que Modleski vê como o mais interessante do caráter de Jo é o aspecto não-

paródico de seu travestismo. Jo assume muitas características positivas em seu disfarce como homem; ao mesmo tempo, sua maneira reservada contrasta com a personalidade de figuras masculinas do filme, como Percy, que pratica atos de misoginia e agressão. Baseando-se num ensaio de Laura Mulvey intitulado *Afterthoughts on Visual Pleasure and Narrative Cinema*, Modleski afirma que o filme transmite finalmente um sentido de inquietude, que vem do fato de que o ser humano é sempre definido como de um ou outro gênero.

Modleski termina o livro de maneira algo estranha com uma discussão sobre a morte de sua mãe. Há dois problemas básicos com este capítulo: primeiro, ele não é próprio para um livro sobre cultura popular e gênero. Segundo, alguns detalhes sobre as funções fisiológicas de sua mãe doente parecem explícitos demais e tendem à uma insensibilidade, criando sem premeditação um sentimento de 'voyeurismo'. Ao mesmo tempo em que há muita literatura de testemunho sobre a relação mãe-filha na crítica feminista, Modleski parece mais interessada na busca da absolvição por não ter cuidado de sua mãe quando ela estava doente. Como resultado, a ênfase na aparentemente inusitada fortaleza da mãe durante sua doença é suplantada por uma análise freudiana dos medos da própria Modleski, e esta mudança termina num tipo de separação emocional do elemento materno.

Apesar de minhas reservas sobre o último capítulo, não há dúvida que *Old Wives' Tales and Other Women's Stories* é uma contribuição importante aos debates na área da crítica cultural feminista. Seu enfoque eclético da cultura popular é um modelo de equilibrada metodologia crítica e feminista e sua análise de gêneros tão distintos como o romance sentimental e o filme da guerra do Vietnã fornece uma leitura útil e inteligente para um público vasto.

DARLENE J. SADLIER ■

Apologia do erotismo

A paixão emancipatória: vozes femininas da liberação do erotismo na poesia brasileira

SOARES, Angélica

Rio de Janeiro: DIFEL, 1999

A autora realizou o prodígio de construir um livro em que todos os textos inseridos se integram e, portanto, merecem ser lidos: desde as orelhas, de autoria de Susana Bornéo Funck, passando pela apresentação ("O ser poético"), feita por Nádya Battella Gotlib, não esquecendo o prefácio de Ríia Lemaire e o esclarecimento da própria autora ("Ao encontro de Eros: esclarecendo o percurso"). Isso se deve ao fato de terem sido escolhidas, para participar da edição, pesquisadoras familiarizadas com a teoria crítica feminista, figuras de projeção do GT da ANPOLL, A Mulher na Literatura. O texto de Susana enfatiza o caráter libertário do erotismo e aponta para as "relações entre erotismo, poesia e a condição social da mulher", tão bem analisadas por Angélica Soares. Concordo com Nádya quando diz que o livro "pode ser lido como uma antologia — comentada criticamente — da poesia erótica feminina brasileira"; e isso acontece, sobretudo, na primeira parte, onde Angélica articulou, com maestria, teoria e crítica, com base em inúmeras produções poéticas de variada autoria. Ríia Lemaire, falando da fusão entre erotismo e criação literária, revela como o desejo imperativo pode ser fonte de poesia e, como a autora mostrou com clareza, da relação entre experiência erótica e Natureza. O esclarecimento dado por Angélica cumpre sua função, uma vez que justifica a importância da "temática erótica" e "o sentido sócio-existencial de sua textualização". Assumindo a primeira pessoa, a autora aponta os caminhos teóricos que serão percorridos, guiada pela teoria crítica feminista e, sobretudo, pela ecosofia, de Félix Guattari; diz ter optado pela "conjugação de teoria e crítica", o que de fato realizou, magistralmente.

O trabalho se divide em duas partes, sendo a primeira uma exposição teórica que se articula com a leitura de textos poéticos, e a segunda formada pela reunião das análises das obras de Gilka Machado, Olga Savary e Adélia Prado. Para

dar um acabamento a essa estrutura tripartida, teria sido interessante acrescentar um capítulo final, à guisa de conclusão; pertencendo as três poetisas estudadas a épocas e espaços diferentes, a contextualização dessas obras, dentro de uma perspectiva comparativa, acrescentaria muito ao bom nível do trabalho. Fazendo *pendant* com o esclarecimento inicial, ficaria bem uma conclusão final.

Já se fez referência à perfeita articulação entre teoria e leitura crítica dos textos poéticos, mas vale a pena ilustrar com a análise feita pela autora do poema de Marly de Oliveira "O sangue na veia, XXIX"; a leitura crítica aponta, com clareza, para o "dinamismo erótico", responsável pela eterna inquietude e insatisfação. E, lembrando Bataille, a autora se refere à busca da continuidade, embora a descontinuidade permaneça intacta. E, de fato, é o que sugerem os versos de Marly de Oliveira: "De repente eu não caibo mais em mim / De repente eu me torno plena e obscura, / como um rio de cheias muito altas, / que fosse para além do seu limite, e não soubesse o que fazer das águas".

Angélica recorre ao pensamento freudiano, onde a questão do desejo é "nuclear", como diz ela, para explicar a eterna insatisfação, uma vez que "o desejo só se satisfaz ilusoriamente". Esse também é o pensamento de Schopenhauer, para quem o homem é escravo do desejo. Vários textos de Machado de Assis estão impregnados por esta visão negativa; basta lembrar o capítulo de *Memórias Póstumas de Braz Cubas* — "O delírio" e o conto de *Várias Histórias* — "A desejada das gentes". Aqui, o narrador abraça pela primeira vez a noiva tão desejada, "feita cadáver" e, lá, o homem corre atrás da "quimera da felicidade" e esta lhe foge perpetuamente, "ou deixava-se apanhar pela fralda, e o homem a cingia ao peito, e então ela ria, como um escárnio, e sumia-se, como uma ilusão". É sempre o desejo dominando o ser humano, gerando a eterna insatisfação. Como muito bem lembra a autora, para Freud há o desejo de preencher a falta, para Bataille trata-se da descontinuidade do ser e para Platão da incompletude da natureza humana. Não há mesmo saída...

O império do desejo ocasiona, muitas vezes, a submissão. Na "procura incessante de atingir o inatingível", como diz a autora, o eu poético se submete: "Para o homem com a flauta, / sua boca e mãos, / eu fico calada. / Me viro em dócil, / sábia de fazer com veludos / uma caixa"; como vemos

no poema de Adélia Prado, "Uma vez visto". O erotismo poderia, então, ser considerado uma faca de dois gumes: liberador e aprisionador, uma vez que mantém o sujeito sempre preso ao objeto desejado...

No capítulo intitulado "Consciência literária do Erotismo e Consciência erótica do Literário: uma irresistível atração", Eros é apresentado como "força criadora" e o erotismo como "força de realização estética"; as inúmeras poesias, que constituem o *corpus* com que trabalha a autora, são uma excelente prova disso. Nos inúmeros textos de poetisas brasileiras, por sinal de ótima qualidade, o erotismo pode ser visto como a força motriz da realização estética. Se é pela libertação do sistema que se instaura a literariedade, a relação erotismo / criação literária fica bem clara, uma vez que a experiência erótica, para o gênero feminino, ainda se constitui numa transgressão. É admirável a força poética desses textos, onde o erotismo é trabalhado através de metáforas e símiles de grande beleza. A autora estabelece uma feliz relação entre os metapoemas e a formulação erótica, apontando para o papel da nudez na busca da continuidade do ser e do desnudamento da criação literária.

O lado emancipador do erotismo se concretiza, de fato, no capítulo intitulado "Contatos inquietantes entre erotismo, feminismo e ecologia". Fazendo uso da ecosofia, de Felix Guattari, segundo a qual o equilíbrio global inclui a ecologia do meio ambiente, a ecologia social e a subjetividade humana, Angélica estabelece uma estreita relação entre erotismo e ecologia. Aqui, a teoria crítica feminista fornece os elementos necessários. Com base nas pesquisas de Rose Marie Muraro e Branca Moreira Alves, que enfatizam o papel da repressão sexual no "esmagamento" anti-ecológico, a autora aponta para a realidade social; diz ela: "A mulher que pensa e diz o erotismo livremente é a mesma que pensa e diz o seu papel, enquanto construtora da sociedade. São faces do mesmo processo. O autoconhecimento erótico leva ao conhecimento do outro e do mundo, e à consciência do poder de transformá-lo com vontade própria" (p. 58). A experiência erótica, levando ao conhecimento do mundo, possibilita a transformação do *status quo*; esse o lado emancipador do erotismo.

A importância da Natureza, no processo de libertação da mulher, é vista pela autora como um caminho para "harmônicas convivências"; diz ela que "todo esse trabalho poético de libertação das estratégias opressoras se faz pela inserção do ser humano na Natureza" (p. 89). Já em Clarice Lispector, a dicotomia Natureza / Civilização se constitui elemento estruturante das narrativas, uma

vez que a Civilização é a responsável pela domesticação da mulher, enquanto a Natureza responde pelo seu lado selvagem e, portanto, menos oprimido. Agora, se ela pode propiciar as tais "harmônicas convivências" é outra questão, que foi também levantada por Nádya, em seu texto "O ser poético", quando diz: "a autora detecta nos meios poéticos uma substanciosa economia libidinal, dirigida no sentido do compartilhamento, da 'solidariedade radical': não da concorrência em acirrado jogo de poder e sectarismos, mas na trilha e no encaixe das tais ambicionadas 'convivências harmônicas'". E pergunta: "Mais uma utopia?" Provavelmente, sim...

Na segunda parte do livro, a autora se dedica, separadamente, ao estudo das obras de Gilka Machado, Olga Savary e Adélia Prado. Como não há um capítulo final, fechando esses três textos, a primeira parte ganha em coesão e riqueza do *corpus*. Esta segunda parte, sob certos aspectos, fica esvaziada, uma vez que aquelas poetisas aparecem já na primeira parte com vários poemas. Mas, em compensação, as análises são feitas em profundidade, acrescentando novos dados e apontando para as peculiaridades do erotismo de cada uma delas. Em Gilka Machado, a autora detecta um "contraditório avanço", pois se ela, com sua poesia transgressora, representa um marco na liberação da mulher, guarda ainda traços de submissão. Fica muito bem justificada a escolha de Gilka Machado e vale, aqui, repetir as palavras da autora sobre a importância desta poetisa no processo emancipatório da mulher: "Revisita-la hoje torna-se imprescindível, se quisermos investigar as limitações e os avanços do tema do erotismo na produção literária de autoria feminina, bem como reconstituir a caminhada da mulher na luta pela emancipação" (p. 116).

A diferença na extensão dos capítulos dedicados às três poetisas deve-se, talvez, ao fato de os estudos sobre Gilka e Adélia serem versões revistas e ampliadas de textos anteriormente publicados; o que não acontece com o ensaio sobre Olga Savary, por isso, menos extenso. Aqui, a autora trabalha a metalinguagem erótica de vários poemas do livro *Linha d'água*, onde se evidencia, a partir do título, o "caráter fluido e simultaneamente consistente da linguagem", como observa Angélica. Explorando a plasticidade da língua tupi, a poetisa reinventa o erotismo, criando uma poesia nem sempre passível de uma abordagem conceitual.

Angélica inicia seu estudo sobre Adélia Prado falando sobre o "misticismo e o erotismo" na obra da poetisa de Divinópolis. Diz ela que Adélia

relaciona "vivência mística e erótica", integrando o "sentimento religioso às sensações corporais" (p. 125). Parece-nos, contudo, mais adequado substituir misticismo por religiosidade; isto porque as "sensações corporais" são dominantes, materializando, constantemente, o sentimento religioso. Em "Festa do corpo de Deus", lembra o eu poético que "Jesus tem um par de nádegas!" e, como observa Angélica, o poema "se estrutura como um cântico ao 'amor do corpo', do corpo de Cristo pregado na Cruz" (p. 127). Essa materialização do divino, até certo ponto, desmistifica o sagrado, trazendo-o para a realidade terrena, onde, freqüentemente, se confundem. Ao abandonar as abstrações, o discurso poético adeliانو diviniza o homem e materializa Deus e, como muito bem lembra Angélica, a força do desejo "atravessa a lírica erótico-religiosa adeliانو" (p. 134), impregnando sua poesia de uma sensação corpórea, distante da espiritualidade mística.

Muito bem colocada é a questão do regionalismo na poesia de Adélia. De fato, a cultura mineira, sobretudo do interior, aqui representada por sua cidade natal, é elemento estruturante de seus textos poéticos. Uma vez que se considera regionalista o texto que apresenta uma relação íntima e substantiva com a realidade física, humana e cultural da região em pauta, pode-se, de fato, considerar regionalista a poesia de Adélia; mas esse regionalismo nada tem de redutor, como observa Angélica, pois "sua poesia, longe de limitar-se a um registro localista e exótico, alcança sempre dimensões essenciais do ser humano" (p. 143).

Em junho de 2000, o Instituto Moreira Sales publicou, fazendo parte dos *Cadernos de Literatura Brasileira*, o número 9, dedicado a Adélia Prado. Como os números anteriores, esse tem excelente apresentação gráfica e bons ensaios sobre a poesia adeliانو, sem falar na entrevista, já tradicional neste tipo de publicação. O ensaio de maior fôlego é assinado por Antonio Hohlfeldt, intitulado "A epifania da condição feminina" e tem todas as marcas de um texto de autoria masculina, a partir do fato de se referir à Adélia como poeta... Diz o ensaísta, a propósito das primeiras produções da poetisa: "Por outro lado, quebra, aparentemente, toda a dicção libertária, feminina e feminista, então

vigente" (p. 73)! A questão do erotismo é apenas mencionada e, em nenhum momento, considerada, como a religiosidade, elemento integrante da força criadora. Para Hohlfeldt, é mais um tema como tantos outros: "Permanecem aqui, por outro lado, os temas já antes desenvolvidos. O forte erotismo de alguns poemas, a presença das cores, a perspectiva esperançosa da felicidade em vida, a decisão de ser ela mesma, a expectativa da redenção humana" (p. 86).

Sentimos necessidade de nos alongarmos sobre este ensaio para mostrar a originalidade da leitura feita por Angélica Soares, que revela a dinâmica erótico-religiosa no processo criativo do lirismo adeliانو; como seu trabalho faz parte da bibliografia incluída nessa publicação — "Ensaio e artigos incluídos em livros" — fica-nos o consolo de que pode ser uma valiosa pista para os estudiosos da poesia de Adélia.

Ensaio sobre escritores/as vivos/as, correm sempre o risco de não privilegiar toda a obra, uma vez que a produção continua em curso. No caso de Olga Savary, Angélica fez, *a priori*, um recorte, optando pelo livro *Linha d'água*; mas, no caso de Adélia, sua intenção foi trabalhar com a produção lírica da poetisa mineira. Ora, *Oráculo de maio* surge no início de 99, quando o ensaio de Angélica já estava praticamente pronto. Embora o livro não acrescente nenhuma novidade à criação lírica adeliانو, sua não inclusão, por motivos óbvios, deixa uma sensação de incompletude.

Para finalizar, gostaríamos de levantar uma questão que, de algum modo, já foi colocada: o livro de Angélica faz, sem dúvida, a apologia do erotismo, como força emancipatória. Mas, deixando livremente aflorar o desejo, não se tornaria a mulher escrava desse mesmo desejo, sempre inquietante e insaciável? Como diz a autora, o rompimento dos limites repressores patriarcais possibilitaria "a necessária abertura para a ressingularização do relacionamento homem/mulher, no sentido de torná-lo humanamente 'habitável', sem marcas de opressão" (p. 84). E repetimos a pergunta de Nádia Battella Gotlib: "Mais uma utopia?"

ELÓDIA XAVIER ■

A cidadania bate à porta

Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança

SOARES, Bárbara Mussumeci

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

Bárbara Mussumeci Soares é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ e doutora pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ). Artigos seus integram as coletâneas *Violência e política no Rio de Janeiro*, organizada por Luiz Eduardo Soares (Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996), e *Drogas e cidadania*, organizada por Alba Zaluar (São Paulo: Brasiliense, 1994). É ainda co-autora de *Criminalidade e violência no estado do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Hama, 1998).

Suas pesquisas sobre violência contra mulheres incluíram as delegacias especiais de atendimento à mulher no Rio de Janeiro. Depois ela se tornou voluntária num abrigo de mulheres vítimas de violência em Charlottesville, nos Estados Unidos, quando percebeu a centralidade da questão da violência doméstica e contra a mulher na cultura norte-americana de hoje. Daí a grande questão da pesquisa que resultou em *Mulheres Invisíveis*: como a violência doméstica e a violência contra a mulher transformaram-se, naquele país, em problemas sociais de primeira grandeza?

Bárbara reflete sobre a sociedade norte-americana e as perspectivas abertas pelas práticas e pelos discursos em torno da violência doméstica (ou simplesmente contra as mulheres, como preconizam as feministas) e delinea certas características da mesma violência no Brasil. Não se trata contudo de um trabalho comparativo. Ela exercita apenas um contraponto que desnaturaliza o processo reconstituído. Seu foco é a experiência norte-americana. Mas tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos crianças e mulheres correm mais risco no lar do que na rua. As estatísticas que a autora reproduz indicam que a violência contra a mulher não é episódio excepcional, mas prática corriqueira que dá o tom às relações entre gêneros.

O contraponto brasileiro indica uma débil

visibilidade do fenômeno, bandeira esgrimida pela vanguarda feminista, sem contudo merecer atenção na agenda da sociedade mais ampla. Já nos Estados Unidos, "a violência (...) não foi (ou não está sendo) apenas detectada e desnudada pelo movimento das feministas, dos/as ativistas e profissionais da área. (...) foi também construída por ele, à medida que ia sendo revelada", constituindo "um campo particular de intervenções, debates e reflexões; uma nova fonte de normatividade, nova arena de formação de subjetividades". Ao se politizar os conflitos domésticos, ampliam-se os direitos individuais.

Já no Brasil, a ordem jurídica parece deter-se ante a porta do lar e a vizinhança permanece surda aos gritos de socorro. Flagrantes violações de direito e ignominiosas agressões permanecem assim à margem da escuta social, da atenção policial e do escrutínio da lei em nome da inviolabilidade do lar e do postulado cívico, segundo o qual em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Assim mesmo, Bárbara enfatiza a importância da criação das DEAMS, embora perceba o quanto se transformaram em instância para a solução de conflitos, acomodando as partes, sem punições drásticas e maiores conseqüências. O que lhe suscita uma análise das percepções populares sobre conflito e violência no Brasil.

As queixosas brasileiras atribuem o episódio violento à bebida, "problemas de cabeça" ou de "nervos", ciúmes, sexo e dinheiro. O agressor estaria privado de sentido, não é sujeito de sua ação, versão particular que corresponde no plano maior à falta de sentido público e de ação coletiva. Mesmo assim,

Antes que sociólogos, políticos e agentes sociais trouxessem à tona uma nova problemática e produzissem um novo recorte da violência, apontando a especificidade da violência familiar, ou o potencial de violência representado pelos conflitos domésticos (entendendo-se *doméstico* em sentido amplo), as DEAMS, em sua prática diária, deram vazão a esse conjunto de conflitos, que, cotidianamente, se transformam em queixas nos balcões de atendimento.

Ao contrário do Brasil, nos Estados Unidos os dados são abundantes, e a visibilidade do problema é inquestionável, adquirindo centralidade no debate público. O que implica num mergulho nas normas e saberes. Ali, espécies e sub-espécies de violência são definidas. Embora maleáveis e

imprecisas, configuram-se e reconfiguram-se em amplo debate que envolve setores e instituições distintas da sociedade. É objeto de regulamentação legal. Um tema, enfim, com espaço público no rastro do qual mais de 1300 abrigos para vítimas funcionam regularmente.

As disputas em torno da questão vão revelando "interesses". E no centro de tudo encontram-se questionadas ações e omissões que ferem a possibilidade do exercício de direitos iguais entre homens e mulheres. Ali estão envolvidos na contabilidade, classificação ou combate à violência doméstica e contra a mulher, o FBI, o Departamento de Justiça e o Congresso Nacional. As posições diversas tomadas, os interesses envolvidos e as concepções formuladas já não ocultam uma verificação que parece consolidada: não se discute, questiona e debate incidentes singulares, mas um estado contínuo, que inclui intimidação e abuso emocional, o que implica em julgamento da intenção.

O fenômeno cria uma situação ambígua. Enquanto ganha corpo a tendência à desinstitucionalização crescente e ampla, a propor penas alternativas, amplia-se e cresce um processo de criminalização da violência doméstica, levando à prisão pais, maridos e parentes, com todos os riscos de falsas acusações ou fantasias de mulheres e crianças. Além disso, os profissionais ou voluntários envolvidos nas atividades de intervenção não deixam de — sob as pressões da prática e das urgências, lidando de perto com situações dramáticas, ou mesmo insuportáveis — operar simplificações e empobrecimento das idéias formuladas originalmente por pesquisadores, pensadores e ativistas.¹

E o discurso que vem-se impondo nesse complexo quadro de mudanças sócio-político-culturais, tendo como centro uma minoria sociologicamente definida, mas que implica demograficamente em metade da sociedade, é o de que a violência masculina não passa de exercício do controle e do poder sobre as mulheres. Seus desdobramentos apontam para uma radical transformação social que se vai processando, multifacetada, plurívoca, deixando subir à superfície do plano público interesses divergentes, posições antagonônicas e múltiplas concepções. Enfim, polêmica pública que esmiuça, devassa e detalha os avessos do tecido social, essas antigas mônadas, asilos subjetivos para o exercício da privacidade e do regime de jejum da amarga esfera pública, ou seja, as delícias sem compromisso do *home sweet home*.

Esses lares desvendados parecem oferecer um quadro aterrador. A singularidade de suas experiências específicas distendem uma constelação de conflitos obscuros, mas sistemáticos, contínuos, radicados numa tradição. E a polêmica se debruça sobre questões inquietantes: essa violência seria transmissível geracionalmente? "[O] debate em torno das origens expressa e representa um alicerce importante na conceituação e na formação das imagens em torno da vitimização" (p. 83). Isso porque exemplos de pais e parentes estariam tecendo uma tradição na educação masculina. Seja enquanto trauma infantil não elaborado que perpetua a linguagem da violência, segundo uns, seja enquanto uma formação para assumir o poder em sociedade, controlando as mulheres, isto é, "As raízes da violência não estariam, segundo elas, na estrutura familiar, mas nas próprias relações de gênero" (p. 88). São, assim, indiferentes às classes e etnias. E os signos mais eloqüentes de um estado de coisas são essas casas sem marcas que as identifique em suas fachadas, grades nas portas e todo um regime interno de sobressalto ante a possibilidade de uma intempestiva investida masculina, conectada por telefone à delegacia próxima: os refúgios para as mulheres.

Nesses casulos libertários opera-se o processo que Bárbara analisa brilhantemente: a vitimização afirmativa. "Vitimização que deverá se converter em força e poder" (p. 102). Ou, sob a desconfiança e o protesto de muitas feministas, os programas de recuperação de homens violentos. Desconfiança que nasce do diagnóstico dos episódios violentos enquanto mero exercício de poder, e protesto pelo desperdício de verbas e esforços que seriam mais bem aplicados no atendimento às vítimas.

E o texto vai tecendo o plano dos saberes e das subjetividades, como se dá o debate, quais as posições tomadas, as vezes que se articulam em torno dos antagonismos manifestos. O quadro apresenta-se estilhaçado, e o resenhador corre o risco em sua síntese e interpretação idiossincrática de privilegiar um ou outro aspecto. Resta a esperança de que o próprio livro devolva o leitor à complexidade polifônica que Bárbara rege sem indiferença. Sensível às várias vozes, implacável com as simplificações e contradições, mas sempre fiel a um compromisso ético e político que lhe permite se situar no debate, aliando-se a tendências em relação às quais sua lucidez é capaz de identificar práticas equivocadas e diagnósticos imprecisos sem que isso lhe impeça de distinguir a justeza da tendência de seus desvios tendenciosos.

Não se trata de uma caracterização genérica, que tende a flagrar o discurso médio, invariáveis que congregam uma cultura, uma visão-de-mundo. O texto se produz no cruzamento das considerações da autora, suas reflexões teóricas e metodológicas, um cuidadoso estabelecimento do contexto e de inumeráveis histórias, casos, detalhes. Isso torna o estudo, que transita entre o panorama e o fragmento, o fragmento e o panorama, magistral em sua tessitura.

É prazeroso acompanhar sua estrutura, prazer que se contrapõe o tempo todo ao desconforto de se confrontar com essas histórias e tais detalhes — e sobretudo com as inquietantes e lúcidas formulações feministas do ciclo da violência, tipificação do agressor e caracterização das vítimas. Um painel inquietante, lúcido e seguro, onde o escabroso é enfrentado paradoxalmente com a frieza escandalizada, que elabora o diagrama e vira a mesa. Ou melhor, o plano dessas relações, impróprias, desonestas e aviltantes.

O engodo que enreda a mulher consiste em se perceber numa situação excepcional, do ponto de vista "lógico" e ideal, e considerá-la excepcional também do ponto de vista antropológico e real. A agredida como rejeita a agressão, comungando com o agressor o sentido que ele impõe de um rebentar de forças obscuras e incontroláveis que estariam plantadas em sua infância obscura ou destampadas no abrir de uma garrafa. O avatar da violência se torna o pai, os maus-tratos na infância ou o gênio do mal engarrafado. É exatamente na conveniência dessa versão que se instaura o plano de um aprisionamento onde a lua-de-mel intempestiva remete ao horizonte da esperança, comemora a eficácia do logro, mas — sobretudo — retempera a vítima para um novo ciclo.

A tortura, as relações sádicas, o controle e o poder, as relações assimétricas parecem depender disso. São comuns nas memórias de nossos torturados políticos as menções a um policial sádico e a um outro "bonzinho", que se alternam em maus-tratos e confortos. Ou em nossas escolas, o típico professor ou inspetor que se divide entre mesquinhas humilhantes e altissonantes exortações.

Lua-de-mel, confortos, declarações edificantes são condições de possibilidade do exercício do sadismo, da violência e dos maus-tratos. O estereótipo do sádico é o de quem cochicha carinhosamente enquanto belisca o ponto sensível. O dito cáustico da malevolência é sempre destilado pela frase ocasional, sem

propósito, dita "sem querer". Essa seria a pré-condição necessária para a eficaz continuidade da brutalidade. Se esta fosse exercida em sua plenitude absoluta, em estado puro, perderia a eficácia. Romperia a relação. A postulada divisão do agressor parece ser, nesse exercício de especulação, a condição de continuidade de sua monovalência real.

Mas o que interessa mesmo no estudo de Bárbara não é tanto essa especulação que exercito, mas as âncoras que lança no contexto, onde variáveis de séries múltiplas se aglutinam na produção de um beco sem saída, como fica demonstrado num texto citado de Bárbara Hart, que monta o quadro explicativo da permanência das mulheres na relação abusiva: (1) esperança de que o marido mude de comportamento; (2) isolamento a que estão sujeitas as mulheres em situação de risco, sociais ou familiares; (3) negação social do problema, expressa por médicos, psicoterapeutas, líderes religiosos, policiais, advogados etc.; (4) barreiras que impedem o rompimento, como ameaças do agressor; (5) crença no tratamento dos agressores; (6) riscos do rompimento, como assassinato ou ameaça aos filhos; (7) autonomia econômica; (8) extensão do processo do fim da relação, face à complexidade das séries com as quais se tem que lidar e das quais há que se desvencilhar (pp. 149-50).

Mas o debate, lembra a autora, se dá em duas frentes. Além da perspectiva feminista referida acima, que fala de "violência contra a mulher" em nome do poder e do controle masculinos, há a perspectiva "que abrange o conjunto de ações violentas, ocorridas no mundo privado, sob o nome de 'violência doméstica' ou 'violência familiar'". "No modelo feminista, as manifestações da violência feminina vão ser entendidas como gestos de autodefesa, como respostas emocionais a vitimizações" (p. 126). É o que se chama de "síndrome da mulher espancada". Não haveria uma especificidade psicológica que tornaria certas mulheres mais propensas a se tornarem vítimas do ciclo da violência. Como se trata de uma dominação, "uma licença social", toda mulher corre o risco de sofrê-la.

submetidas cronicamente ao abuso físico e psicológico, as mulheres sofriam mudanças na percepção de suas possibilidades objetivas, perdendo a capacidade plena de reagir e as esperanças de escapar das mãos do agressor. Na prática, elas restringiriam o leque de respostas à violência, fazendo uma opção por aquelas respostas

cujo resultado pode ser previsivelmente antecipado, o que significa, via de regra, acionar estratégias de efeito imediato para minimizar ou evitar os ataques do parceiro. Uma variante da desesperança aprendida, também aproximada à violência doméstica na literatura feminista, é a chamada "síndrome de Estocolmo", segundo a qual prisioneiros ou reféns recebendo tratamento subumano, temendo permanentemente por suas vidas e segurança, e vivendo em absoluto isolamento, tendem a desenvolver mecanismos de identificação e de submissão voluntária aos seus algozes. É deles, afinal, que parte também (aleatoriamente) qualquer benefício, ainda que seja apenas o da suspensão dos ataques, torturas ou agressões (p. 143).

Ressalte-se porém, no quadro de complexificação do debate, proposto e captado por Bárbara, que são várias as feministas que denunciam o risco dessa patologização da vítima. Vale contudo destacar no livro, entre outros méritos, a relevância da análise da experiência em curso em torno das mulheres vítimas de violência. Refir-me ao trabalho de recuperação da auto-estima de mulheres que sofreram um longo processo de humilhações, tortura psicológica e maus-tratos físicos, num regime de dependência econômica e de sobressaltos em relação ao destino dos filhos. Processo de vitimização afirmativa que a autora analisa e que opera uma correlação com a experiência americana dos Alcoólicos Anônimos. É ao longo dele que se viabiliza a passagem do privado ao público, permitindo a reestruturação do *self*, produzindo novos significados para a vitimização que se resolve em positividade. A

analogia não vale sem que a autora ressalve que no caso dessas mulheres trata-se de vitimização não-patológica. Em ambos casos, observa-se a elaboração de um discurso próprio, que se articula com outros discursos de outras vítimas, eliminando a segregação, através da ajuda mútua, legitimando-se socialmente, independente de discursos profissionais e criando "novas experiências subjetivas".

Mulheres invisíveis desvenda essa experiência particular de subjetivação, que a autora chama de vitimização afirmativa, "originada nos grupos dos Alcoólicos Anônimos", e nela percebe "um elemento que contribuiu decisivamente para a eclosão do movimento contra a violência doméstica", no sentido de um "elemento específico, porém central, na formação desse processo que envolve, como no caso dos Aas, revelação, clandestinidade e exposição pública, segredo e quebra de silêncio, e que dá lugar à produção de um discurso muito particular, construído na experiência da vitimização".

Amplios processos sociais se articulam nas "micro-engrenagens" da subjetividade, num notável trabalho etnográfico. Obra intrigante e instigante, de forte teor emocional e de um cerebralismo geométrico.

1. Tendência real, mas conjurável pela progressiva familiaridade com as relações complexas entre etiologia da violência, suas manifestações, seus registros, memória, versão, fabulação em torno dela. Longe de merecer uma consideração que arrefeça o ímpeto do movimento, deve ser considerado como um *bias* a ser transcendido pelo empenho e pelo conhecimento.

HÉLIO R. S. SILVA ■